

Editorial

Temas em torno das obras de Marx e Lukács

Embora este volume da revista não se dedique a uma temática específica, os artigos que o compõem versam particularmente acerca de dois autores: Karl Marx e György Lukács. A Verinotio tem se notabilizado por difundir pesquisas, teses, reflexões relativas à conjuntura econômica, política e social, cujos temas recaem sobre aspectos importantes da história humana e da atualidade, com uma fundamentação crítica da sociabilidade; nessa medida, não por acaso Marx e Lukács são presenças marcantes nas edições deste periódico, seja por meio da tradução de textos inéditos¹, seja disponibilizando espaço para artigos que se amparam nas grandes contribuições de ambos os autores.

Este volume da revista não foge a esse desenho mais geral que sempre norteou os conteúdos dos artigos que compõem a linha editorial de nosso periódico. Em termos gerais os textos aqui presentes poderiam ser classificados em duas partes. A *primeira* volta-se à Marx abordando temas que se direcionam à análise de elementos importantes de sua obra, por vezes, malversados e deformados pela tradição dos marxismos que preponderam no decorrer do último século – seja em sua vertente stalinista, seja nas adequações interpretativas próprias do revisionismo das obras de Marx, pensamento pós-moderno, existencialismos etc.

O texto que abre esse volume de nosso periódico é emblemático nesse sentido. O artigo “O problema da eficácia das formações ideais: o pensamento econômico como ideologia” (p. 1-23), de autoria de Elcemir Paço Cunha, põe em foco uma das teses centrais do pensamento marxiano ao tomar como centro de suas reflexões o problema da determinação social do pensamento e a função das formações ideais na condução dos processos da realidade social. A questão decisiva cuja finalidade é compreender

¹ A propósito das traduções, ver nesse volume (p. 574-579), “Correspondência inédita entre Karl Marx e Jules Guesde, 1879”, traduzida por Gabriella M. S. Souza, precedido pela apresentação de Jean-Numa Ducange.

como as ideias tornam-se ideologia, como formações do pensamento econômico – conforme o recorte sugerido pelo artigo em questão – são capazes de intervir de maneira eficaz nos caminhos ou nos descaminhos das trajetórias da história social. Ao leitor atento da obra marxiana não escapa esse aspecto decisivo de seu pensamento, que toma por centro o problema da gênese e função social das ideias, sempre confrontando o papel das teorias, do ideário político, das ideações religiosas etc., com as condições histórico-sociais que dão curso e fornecem as condições para a difusão e eficácia – para o bem ou para o mal – das ideias.

Sem querer ancorar em considerações típicas de um economicismo mecânico matrizador, vale insistir na tese segundo a qual as ideias são produtos de um campo de possibilidades postas pelo âmbito da necessidade material do modo de produção da vida. A economia não é apenas a relação do metabolismo entre homem e natureza, mas consiste na forma como os homens se organizam socialmente para levar a cabo as condições de produção da vida social. O que não significa a irrelevância das outras dimensões das esferas sociais, contudo como momento preponderante, a reprodução da vida, a economia em seu sentido mais amplo consiste em um âmbito não passível de ser negligenciado no curso das ideias e das formas efetivas da cotidianidade humano-social.

As palavras de Marx a respeito de uma possível e necessária história da tecnologia, servem de maneira adequada para ilustrar o que aqui se quer dizer:

A tecnologia desvela a atitude ativa do homem em relação à natureza. o processo imediato de produção de sua vida e, com isso, também de suas condições sociais de vida e das concepções espirituais que delas decorrem. Mesmo toda história da religião que abstrai dessa base material é acrítica. De fato, é muito mais fácil encontrar, por meio da análise, o núcleo terreno das nebulosas representações religiosas do que, inversamente, desenvolver, a partir das condições reais de vida de cada momento, suas correspondentes formas celestrializadas. Este é o único método materialista e, portanto científico. O defeito do materialismo abstrato da ciência natural, que exclui o processo histórico, pode ser percebido já pelas concepções abstratas e ideológicas de seus porta-vozes, onde quer que eles se aventurem além dos limites de sua especialidade.²

As ideias econômicas em sua dimensão ideológica devem também ser compreendidas a luz do que Marx designa como método materialista, como o único método científico. Como e de que modo as formações ideais podem se pôr como eficazes e duradouras, como elementos determinantes da própria realidade. Nessa

² MARX, K. *O capital, livro I*, São Paulo: Boitempo, 2013; nota da p. 446.

medida, afirmar a economia como momento preponderante, não significa dizer que as formulações ideais sejam meros epifenômenos, na realidade cumprem também o papel de condutoras de rumos, encontram-se face às condicionantes da economia em uma relação de determinação de reflexão. Essa linha de raciocínio é seguida no artigo em questão, cabe desenvolver “o critério prático-concreto para a análise do pensamento econômico como ideologia”.

Contra as afirmações que se tornaram comuns em torno da obra de Marx, em sua grande maioria imbuídas de interpretações deformadoras, é preciso voltar às fontes primárias, ler de forma rigorosa seus escritos, para trazer à luz a natureza própria de seu pensamento. É preciso colocar em evidência aspectos de suas elaborações quase sempre negligenciados pelas tendências que se hegemonizaram ao longo do século XX; essas se prestaram muito mais a estorvar a riqueza do pensamento do filósofo alemão. Segue essa linha, por exemplo, pelo menos dois artigos que compõem esse volume, em que são retomados temas importantes, tais como o problema do complexo da subjetividade tal como se apresenta em *Manuscritos econômico-filosóficos* (ver p. 24-67, “Os 180 anos dos Manuscritos de 1844 de Marx”, Maurício Vieira Martins) e as relações de Marx com Hegel no período ainda juvenil de sua vida, anos em que o autor se aproxima do filósofo idealista, para logo em seguida romper com os elementos centrais da especulação comum ao idealismo (ver p. 172-219, “O caminho de Marx para Hegel”, de autoria de Murilo L. Pereira Neto). Desnecessário insistir na importância desses debates, uma vez que a voga pós-moderna, insistentemente, negou a questão da individualidade/subjetividade em Marx e quando chegou a considerar a possibilidade de tal tema em sua obra, o atribuiu a resquícios de uma antropologia feuerbachiana e até mesmo à presença de um idealismo hegeliano não superado. O primeiro artigo, demonstra a presença do tema do complexo da subjetividade em Marx, momento em que já se encontra marcada a ruptura com Feuerbach e Hegel, o segundo artigo, contribui para compreender o momento da aproximação de Marx com Hegel, e a radicalidade de sua crítica ao idealismo de Hegel e dos jovens hegelianos.

Sobre as obras econômicas de Marx são dois os textos, cujos conteúdos retomam temas importantes do pensamento do autor: “Crise, capital portador de juros, capital fictício e a função do direito no Livro III de O capital”, de Ana Clara Passos Presciliano (ver p. 103-133); “Notas sobre ‘As formas que precederam a produção capitalista’ dos *Grundrisse* e a centralidade do valor” (p. 220-243), da dupla de autores

Paulo Henrique Furtado de Araujo e Mariana Pacheco de Araujo. Não se trata, evidentemente, de analisar a realidade de nossos dias a partir das categorias econômicas que vigoraram no século XIX, porém, uma vez que a obra econômica de Marx revela as linhas tendenciais da sociabilidade do capital, cabe retomar suas investigações e considerar os desdobramentos históricos que se fizeram presentes nas figuras dos processos de acumulação capitalista dos últimos dois séculos.

Nessa mesma diretriz de trazer “Marx a partir de Marx”, cabe salientar três artigos que se debruçam sobre manuscritos de Marx ainda não devidamente estudados e discutidos. As recentes publicações da MEGA, associadas ao esforço de vários pesquisadores e instituições, trazem à luz estudos do pensador alemão que mostram a dimensão ainda pouco conhecida de suas preocupações investigativas. Dois deles se dedicam a prescrutar os ainda inéditos em português *Cadernos etnológicos*. Cada um dos artigos em questão considera aspectos distintos dos materiais de estudo de Marx. No artigo “Marx e a crítica ao assim chamado ‘método’ dos juristas analíticos”, de Ana Carolina Marra de Andrade (p. 68-102), a autora expõe a crítica marxiana ao jurista Henry Summer Maine, em que são apresentados elementos decisivos das investigações do pensador alemão que conduzem a uma “crítica à teoria do direito como um todo”. Já no artigo “Marx, leitor de Morgan: crítica à organização social” (p. 134-171), de Lucas Parreira Álvares, ganha evidência os materiais de estudos em que foram tratadas “questões relativas ao que Morgan tratou como pertencente ao campo da ‘organização social’, como direito, parentesco, religião e política.” A preocupação, como demonstra o autor, não parece ser de modo algum um suposto interesse por uma ciência antropológica, mas volta-se à questão decisiva de buscar na história das civilizações e de determinadas sociedades elementos para se pensar o modo da produção da vida.

Também sobre outros manuscritos recentemente tornados públicos de Marx, o artigo “A escolha de Karl Marx: o cálculo diferencial em *Manuscritos matemáticos*” – de Antônio Valverde e Maria Helena Soares de Souza (p. 244-268) –, como o próprio título informa, aborda os estudos feitos pelo pensador alemão acerca do cálculo diferencial. Cabe demonstrar como “a solução marxiana oferece a possibilidade de desenvolvimento de métodos adequados para melhor compreensão dos fins da educação matemática”. Trata-se de um esforço de grande relevância empreendido pelos autores, na busca de pôr em evidência aspectos das investigações marxianas, pouco considerados pela tradição marxista. Muita dedicação ainda é necessária para

trazer à luz pontos chaves do pensamento de Marx, tarefa que muito contribuiria para desfazer os entendimentos apressados, as más compreensões, e por que não dizer, a má vontade em relação a seu pensamento.

Assoma-se a esse esforço dois outros artigos, que apesar de não se dirigirem diretamente à obra marxiana, procuram extrair consequências de sua letra para debater temas decisivos de nosso tempo. É o caso do artigo “Sobre Pachukanis, pachukanianos e o esgotamento de um ponto de partida” (ver p. 458-503), de autoria de Vitor Bertoletti Sartori, em que o problema do lugar do direito no pensamento marxista entra em tela, insistindo na necessidade de se constituir uma crítica ao direito e não uma crítica do direito à sociedade do capital. A consideração crítica a autores muito lidos na *terra brasílis* é o mote necessário para livrarmo-nos de velhos vícios no tratamento da função social do direito. Outro que figura nessa mesma linha é “A relação entre o setor de seguros, a reprodução ampliada e a redistribuição do capital” – de autoria de Rossi Chaves, Deise Ferraz, Maurício Sabadini (cf., p. 529-557) –, em que os autores a partir das categorias econômicas analisadas por Marx, consideram o papel e o mecanismo do setor de seguros na economia capitalista brasileira, quiçá mundial.

A classificação sugerida de uma segunda parte – igualmente não titulada no corpo da revista – confere atenção central a diversos aspectos da obra lukácsiana. Embora tal conjunto de artigos não tenham sido elaborados com a intensão de constituir um todo devidamente articulado, é possível identificar uma linha de tratamento que estabelece relação entre temas tratados pelo pensador magiar, em particular em sua obra *A peculiaridade do estético*. No ensejo da primeira edição brasileira dessa que constitui uma das mais importantes obras de Lukács – recentemente publicada pela Boitempo (lançado o volume 1 de um projeto de 4 volumes) –, três artigos voltam-se para temas debatidos nesta obra. O primeiro deles, sobre o problema do meio homogêneo da arte (ver “Das formas particulares do meio homogêneo à inerência das categorias gerais da arte”, Ronaldo V. Fortes, p. 269-296) traz aspectos gerais da determinação do sistema das mediações categoriais do estético tal elaborados pelo pensador pelo filósofo. Este artigo é seguido por dois outros; neles as artes particulares são postas em evidência, em uma trajetória de reflexões que acompanha capítulos e seções específicas da obra lukácsiana, a saber a “arquitetura” (cf. Vinicius R. R. Moraes; “A resolubilidade técnica como unidade formal arquitetônica”, p. 297-334) e o “filme” (“O cinema de Charlie Chaplin segundo Guido Oldrini”, escrito

por João Paulo Brum, p. 335-360) – ambas formas peculiares do meio homogêneo estético. Esse último, embora não mencione em seu título o autor húngaro, comporta o debate fecundo feito por Guido Oldrini com as reflexões de Lukács sobre o cinema, tomando como foco a análise da cinematografia de Chaplin. Já o primeiro se debruça sobre uma referência importante mencionada por Lukács no curso de suas reflexões, ao ressaltar o exemplo do domo construído por Brunelleschi, na igreja de *Santa Maria del Fiore*, como um dos ápices da exemplaridade do estético no âmbito da arquitetura. Demonstra a originalidade técnica de seu idealizador, e como sua obra reflete ao mesmo tempo – em uma dupla mimesis – a forma e o conteúdo específicos da edificação efetivada sobre os cânones dos princípios estéticos.

Outros temas em torno do autor presentes neste volume versam sobre suas reflexões acerca da religião (conferir “A função da ideologia e a dinâmica das religiosidades a partir da ontologia de György Lukács”, de Sérgio Luiz G. G. Romero, p. 394-430), acerca dos limites de sua crítica à obra kafkiana (“Lukács, Coutinho e Kafka: dois críticos e um enigma”, p. 504-528, por Vladimir Luís da Silva) e um terceiro artigo que se debruça sobre elementos biográficos de Lukács (“Retorno a Budapeste: Lukács, democracia e realismo”, Paula Alves, ver p. 361-393). Respectivamente, o primeiro traz à luz as reflexões sobre a religião em *Para uma ontologia do ser social*, obra em cujas páginas a religião é apresentada em sua dupla vertente, ideológica e como fonte de estranhamentos. Consiste em uma rica contribuição sobre a tematização construída pelo filósofo húngaro, uma vez que tal tratamento ainda carece de reflexões mais depuradas, lembrando aqui a presença de tal tematização em momentos importantes de sua obra tardia, vale lembrar o capítulo XVI de sua *Estética*. O artigo que trata das considerações de Lukács sobre Kafka, com as devidas e corretas críticas de Carlos Nelson Coutinho, retoma o debate de décadas atrás, permitindo o resgate importante dos limites lukácsianos na compreensão da relevância da obra kafkiana. Há de se considerar, no entanto, para além dos limites das observações de Lukács em relação Kafka, tão bem retratados no artigo em questão, as mudanças posteriores nas análises lukácsiana. Em momentos bem pontuais de sua obra tardia, claramente vemos a posição do filósofo húngaro assumir ares mais positivos em relação à obra kafkiana como demonstra essa pequena passagem de sua obra *Estética*, ao confrontar *O processo* de Kafka, com *Molloy* de Beckett:

Em *O processo*, o incógnito absoluto do homem particular aparece como uma anormalidade ultrajante e evocativa da indignação da existência humana, ou seja, - embora negativamente - com base no

destino do gênero, enquanto Beckett se acomoda complacientemente na particularidade fetichizada e absolutizada. Como o reconhecimento espontâneo da identidade do interior e do exterior é um pressuposto elementar da vida humana, da coexistência humana em geral, esse contraste confirma mais uma vez o conceito de Goethe de núcleo e casca. A aparente profundidade de um Beckett nada mais é do que um apego estático a certos sintomas de uma superfície imediata que o capitalismo de nossos dias apresenta.³ (Lukács, 757-8)

Há vestígios importantes da nova posição de Lukács em outras passagens de sua obra tardia; decerto estudar esses elementos posteriores de suas ponderações é uma tarefa considerável ainda a ser realizada. O artigo de Wladimir permite vislumbrar um momento das elaborações de Lukács e nos incita a prosseguir no trabalho de análise em que se considere as mudanças de seus posicionamentos em relação a obra de Kafka.

O retorno de Lukács à Hungria, em seus dois regressos ocorridos nos anos de 1918 e 1945, abordados por Paula Alves, revelam fases diferentes de sua trajetória intelectual. Autora do artigo, “partindo dessa constatação” (p. 461), considera as mudanças de posição de Lukács em relação à importância da democracia para o socialismo contra as posições anteriores do autor. Lukács, opondo-se à stalinização da Hungria, mas ao mesmo tempo destacando a “incompatibilidade entre capitalismo e democracia”, reformula suas teses de juventude de forma a abordar de maneira mais rigorosa o problema da “natureza da democracia popular” em sua relação “à ditadura do proletariado” vigente no período do socialismo real. As considerações de Alves, destacam como a trajetória do pensamento lukácsiano sempre se fundaram sobre a necessidade premente da teoria acompanhar os movimentos da própria realidade. O artigo expõe aspectos importantes da biografia intelectual do pensador húngaro, ainda não devidamente tratados pela literatura que se dedica à tarefa da discussão sobre a construção de seu pensamento.

Compõe esse quadro dedicado ao pensamento de Lukács, a entrevista concedida por John Bellamy Foster sobre György Lukács e sua polêmica obra *A destruição da razão* – “Das velhas às novas formas de irracionalismo” (p. 558-573). Realizada em 10 de fevereiro de 2023, em um diálogo com Daniel Tutt, publicada em uma edição especial da revista *Historical Materialism*, assiste-se, nessa entrevista, a retomada deste impactante livro de Lukács, enfatizando como as teses nele contidas

³ LUKÁCS, György; *Die Eigenart des Ästhetischen - Band I*, Berlin und Weimar, Aufbau-Verlag, 1987, 757-8.

forneem indicativos importantes para a compreensão dos desdobramentos posteriores no âmbito do pensamento ocidental. Foster, a partir de Lukács, insiste em destacar os caminhos do irracionalismo derivado diretamente na derrocada da razão professada por filósofos como Nietzsche, Heidegger, dentre outros. O curso da filosofia de esquerda contemporânea, com suas predominantes teses irracionalistas, segue os rumos estabelecidos do pensamento anti-humanista prevalente na filosofia erguida sobre a crise das guerras imperialistas.

Por fim – mas não menos importante – a retomada do texto sobre o pensamento do filósofo brasileiro, J. Chasin, outrora publicado como prefácio a seu livro⁴, repõe elementos investigativos confluentes com a necessidade do retorno a Marx. No Brasil, Chasin é provavelmente o estudioso que contribuiu de modo efetivo e rigoroso para a “redescoberta” do pensamento marxiano, seguindo de maneira bem própria o caminho aberto pelo filósofo magiar György Lukács. O artigo contribui para fixar e divulgar teses chaves que vinham sendo desenvolvidos por Chasin, cujo legado traz elementos inovadores relativos a aspectos negligenciados da obra de Marx, tais como: a análise imanente; o significado do estatuto ontológico marxiano propriamente dito, que inclui a afamada tese das “três fontes”, como modo tradicional de atribuir às origens do pensamento de Marx. Os estudos de Chasin contribuem de maneira decisiva para a redescoberta do pensamento de Marx. Contribui para suplantar o “destino trágico do pensamento marxiano” – tal como denuncia Vaisman em outro contexto – posto ao longo da larga tradição do marxismo que prevaleceu nos anos vindouros a sua morte, que levou sua obra à deformante condição de “quanto mais [...] evocada, menos [...] conhecida”.

A tarefa da Verinotio sempre foi e continuará sendo, expor investigações, estudos, de rigor, que permitam a crítica – mais do que necessária – dos descaminhos de nosso tempo. Para isso, o ímpeto que nos move, baseia-se na convicção segundo a qual o retorno a Marx, assim como a outros importantes expoentes do pensamento crítico da sociabilidade do capital, é tarefa crucial para prospectivar soluções para as crises contemporâneas, na busca pela edificação de uma nova sociedade, capaz de pôr condições concretas para a necessária emancipação do gênero humano.

Ronaldo Vielmi Fortes
Juiz de Fora, novembro de 2024

⁴ CHASIN, José; Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica; São Paulo: Boitempo, 2009.